

**NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA****REQUINTE DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS****INDUSTRIALIZADOS LTDA****CNPJ 10.641.901/0001-16****NIRE 52202618326**

**SUPRO PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ nº 35.128.411/0001-41, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35235662274, com sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 2, Conjunto 142, Sala 1.411-C, Cidade Jardim, São Paulo/SP, CEP 05.676-120, representada por seu sócio administrador, Luciano da Veiga Rodarte, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador da Cédula de Identidade de nº 447972 2ª VIA, emitida pela DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 166.601.531-87, residente e domiciliado na Rua 2, nº 446, Qd. F1, Lts. 17/37, apto 1100, Edifício Alkazar, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74110-130.

**DANILLO GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, administrador, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, filho de Walner Paulo da Silva e Vilma Gonçalves de Freitas da Silva, natural de Goiânia/GO, nascido em 28/09/1987, portador da Carteira de Identidade de nº 4877564, emitida pela DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 736.006.361-20, residente e domiciliado à Avenida Boulevard Conde dos Arcos, Qd. 12, Lt. 1, Setor Goiânia 2, Goiânia/GO, CEP 74.663-130.

Na condição de únicos sócios da sociedade empresária limitada, **REQUINTE DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA**, com sede na Av. São Francisco, nº 822, Qd. 44, Lt 46, Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP 74.672-010, inscrita no CNPJ sob nº 10.641.901/0001-16, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob nº 52202618326, resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, efetuar a presente alteração contratual, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO**

Altera-se a denominação da sociedade, que passa a ser **R3 SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA** e mantém-se o nome fantasia **R3 Suprimentos Corporativos**.

## CLÁUSULA SEGUNDA – ABERTURA DE FILIAL

Decide-se pela abertura de uma filial, que terá:

- a) Endereço: Avenida Caiapó, Qd. 98, Lt. 22, nº 570, Setor Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP 74.672-400;
- b) Atividade: comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria e comércio atacadista de embalagens;
- c) Funcionamento: exclusivamente como unidade auxiliar de depósito fechado;
- d) Nome fantasia: **R3 Suprimentos Corporativos**.

## CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Primeira passa a ter a seguinte redação:

### “CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAL

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade gira sob a denominação social de **R3 SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.641.901/0001-16, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob nº 52202618326, em 17/02/2009, nome de fantasia **R3 Suprimentos Corporativos**, tendo sua sede na Av. São Francisco, nº 822, Qd.44 Lt.46, Bairro Santa Genoveva, Goiânia/GO, CEP 74.672-010;

**Parágrafo Segundo:** A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios e representações em todo território nacional.

**Parágrafo Terceiro:** A sociedade possui a Filial I, cujo endereço é na Avenida Caiapó, Qd. 98, Lt. 22, nº 570, Setor Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP 74.672-400, tem nome fantasia **R3 Suprimentos Corporativos**, possui como atividade o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria e comércio

atacadista de embalagens; e funciona exclusivamente como unidade auxiliar de depósito fechado.”

#### **CLÁUSULA QUARTA – CONSOLIDAÇÃO**

Não havendo outras modificações, os sócios, resolvem consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **CONSOLIDAÇÃO**

##### **R3 SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA**

**CNPJ 10.641.901/0001-16**

**NIRE 52202618326**

**SUPRO PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ n. 35.128.411/0001-41, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35235662274, com sede na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 2, Conjunto 142, Sala 1.411-C, Cidade Jardim, São Paulo/SP, CEP 05.676-120, representada por seu sócio administrador, Luciano da Veiga Rodarte, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, comerciante, portador da Cédula de Identidade de nº 447972 2ª VIA, emitida pela DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 166.601.531-87, residente e domiciliado na Rua 2, nº 446, Qd. F1, Lts. 17/37, apto 1100, Edifício Alkazar, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP 74110-130.

**DANILLO GONÇALVES DA SILVA**, brasileiro, administrador, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, filho de Walner Paulo da Silva e Vilma Gonçalves de Freitas da Silva, natural de Goiânia/GO, nascido em 28/09/1987, portador da Carteira de Identidade de nº 4877564, emitida pela DGPC/GO, inscrito no CPF sob o nº 736.006.361-20, residente e domiciliado à Avenida Boulevard Conde dos Arcos, Qd. 12, Lt. 1, Setor Goiânia 2, Goiânia/GO, CEP 74.663-130.

Na condição de sócios da **R3 SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob nº 10.641.901/0001-16, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob nº 52202618326, com sede na Av.

São Francisco, nº 822, Qd.44 Lt.46, Bairro Santa Genoveva, Goiânia/GO, CEP 74.672-010, resolvem, de pleno e comum acordo, consolidar o Contrato Social desta sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAL**

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade gira sob a denominação social de **R3 SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.641.901/0001-16, com registro na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) sob nº 52202618326, em 17/02/2009, nome de fantasia **R3 Suprimentos Corporativos**, tendo sua sede na Av. São Francisco, nº 822, Qd.44 Lt.46, Bairro Santa Genoveva, Goiânia/GO, CEP 74.672-010;

**Parágrafo Segundo:** A sociedade pode, a qualquer tempo, abrir filiais, sucursais, agências, escritórios e representações em todo território nacional.

**Parágrafo Terceiro:** A sociedade possui a Filial I, cujo endereço é na Avenida Caiapó, Qd. 98, Lt. 22, nº 570, Setor Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP 74.672-400, tem nome fantasia **R3 Suprimentos Corporativos**, possui como atividade o comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, comércio atacadista de produtos de higiene pessoal, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria e comércio atacadista de embalagens; e funciona exclusivamente como unidade auxiliar de depósito fechado.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETIVO SOCIAL**

A sociedade tem como objetivo social a exploração do ramo de:

- Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral;
- Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria;

- Comércio atacadista de embalagens;
- Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais;
- Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador;
- Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico.

### CLÁUSULA TERCEIRA – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), dividido em 100.00 (Cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	VALOR (R\$)	QUOTAS	PARTICIPAÇÃO %
<b>Supro Participações Ltda</b>	R\$95.000,00	95.000	95%
<b>Danillo Gonçalves da Silva</b>	R\$5.000,00	5.000	5%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>100.000</b>	<b>100%</b>

**Parágrafo Único:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma e modo como indicado no Art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

### CLÁUSULA QUARTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade é exercida, em conjunto ou isoladamente, pelo Sr. Danillo Gonçalves da Silva e pelo Sr. Luciano da Veiga Rodarte, administrador não sócio, nomeado nos termos do art. 1.061 da Lei 10.406/2002, qualificado no preâmbulo, representante da sócia Supro Participações Ltda, aos quais cabem representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, além de gerir os negócios sociais, sempre de acordo com os interesses da sociedade, podendo fazer o uso da denominação social.

**Parágrafo primeiro.** Para atos de negociação de dívidas bancárias, empréstimos de qualquer natureza, firmar, renovar ou negociar contrato de aluguel ou aditivos,

efetuar venda de bens móveis e imóveis em nome da sociedade, compra e venda de quotas em sociedades, ou qualquer ato de aquisição de outras empresas, deverá obrigatoriamente constar a assinatura conjunta de todos os sócios e administradores.

**Parágrafo segundo.** O uso do nome da sociedade ou denominação social, só exercível validamente pelo(s) credenciado(s) à administração e representação legal da sociedade, apenas será admitido nos assuntos que se integrarem no âmbito de sua finalidade ou objeto social, sob pena de nulidade do ato de assinatura abusiva, de que resultando a responsabilidade pessoal imediata e exclusiva do(s) responsável(is) pela irregularidade, por nada e em nada obrigando ou vinculando-se a sociedade e sócios, sendo expressamente vedado o exercício do uso do nome da sociedade em negócios e assuntos estranhos à sua finalidade ou objeto social, especialmente em avais, fianças ou quaisquer atos de favor ou garantias subsidiárias passivas em favor de sócias ou terceiros, sob pena de responsabilidade pessoal e exclusiva do agente e demais coniventes beneficiários da infração contratual, independente da responsabilidade criminal cabível.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO**

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 11/02/2009.

#### **CLÁUSULA SEXTA – RETIRADA PRÓ-LABORE**

O administrador no exercício da administração da sociedade tem o direito de uma retirada mensal a título de pró-labore em valores a ser fixado de acordo com as condições financeiras da empresa e conforme deliberação dos sócios, observando as disposições regulamentares pertinentes, importância esta que será levada a débito da conta “Despesas Administrativas”.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O exercício social se inicia de 1º de janeiro de cada ano, encerrando-se no dia 31 de dezembro.

**Parágrafo Primeiro:** Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, os administradores são obrigados a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

**Parágrafo Segundo:** O lucro resultante da sociedade ficará retido na mesma para novos investimentos ou poderão ser distribuídos entre os sócios, parcial ou total, ficando estabelecido a participação nos lucros diferente da participação do capital social – Código Civil, Art. 1.007. Havendo prejuízos o valor líquido será suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião. As decisões tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes. Cada quota terá direito a 1 (um) voto nas reuniões ou assembleias de sócios.

**Parágrafo Primeiro:** Ressalvado o disposto no art. 1.061 e no §1º do art. 1.063 do Código Civil, as deliberações dos sócios serão tomadas:

I – pelos votos correspondentes, no mínimo, a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, nas hipóteses de modificação do contrato social e de transformação, incorporação, fusão, cisão, dissolução ou cessação do estado de liquidação da sociedade.

II - pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos de designação de administradores, quando feita em ato separado, e estabelecimento do modo de sua remuneração, quando e enquanto não estabelecido no contrato social; destituição de administradores; pedido de concordata ou falência, de a sociedade, um dia, vier a se tornar empresária.

III – pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos em lei ou neste contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

IV – Dispensa-se as formalidades de convocação previstas no §3º do art. 1.1552 da Lei nº 10.406/02, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.

V – Para nomeação ou destituição de administradores da sociedade, é obrigatório um percentual igual ou superior a 51% (cinquenta e um por cento) dos votos.

VI – A reunião será dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

### **CLÁUSULA NONA – DA INDIVISIBILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

A sociedade e sócios tem o direito de preferência na aquisição de cotas de Capital Social, pelo seu valor líquido real, e ainda, sob pena de nulidade absoluta e plena da alienação, o sócio que pretender retirar-se da sociedade deverá atender às seguintes exigências, a saber:

I – por comunicação escrita dirigida à sócios, correspondida por prova idônea de sua entrega aos destinatários, esclarecerá quanto a sua disposição indicando o valor pelo qual pretende a transferência de seus direitos e vantagens societárias, bem como, em havendo, o nome do possível interessado;

II – no prazo de até quinze dias, contados do recebimento da referida comunicação escrita, a sociedade e sócios deliberarão quanto ao exercício do direito de preferência que lhes é assegurado, neste mesmo prazo respondendo-a;

III – o caso de não ser aceito nome proposto à admissão na sociedade, nem convir à sociedade e aos sócios a aquisição daqueles direitos e vantagens pelo valor pretendido, ao retirante será facultado o direito de, no prazo de trinta dias, contados da data da resposta negativa, indicar outro nome, cuja recusa determinará a resolução do vínculo societário individual relativamente ao sócio retirante, ou a dissolução e liquidação da sociedade, como convier ao outro sócio;



IV – no prazo deferido ao sócio retirante, poderá o sócio indicar o terceiro no qual sub-rogação seus direitos de preferência, que não poderá ser recusado pelo sócio retirante em hipótese alguma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO DIREITO DE RECESSO**

Passa a estabelecer que, no caso de dissídio entre sócios, para se evitar a dissolução da sociedade, o valor do resgate de direitos e vantagens líquidos, independentes daquele pretendido pelo demissionário ou oferecido. Pelo estranho, será resultante de apuração contábil e, pelo qual, obrigados todos os sócios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA *AFFECTIO SOCIETATIS***

Sem embargo da sua finalidade econômica e, por esta, o propósito lucrativo, a sociedade se erige ao princípio do intuito de pessoas, e só se justificará pelo espírito da harmonia e confiabilidade existente entre seus membros à unanimidade, ficando proibido o ingresso de novo sócio sem o consentimento de todos os quotistas, salvo os casos previstos neste contrato. A quebra de *affectio societatis* ensejará a exclusão do sócio que lhe der causa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUCESSÃO, FALECIMENTO E INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS**

No caso de falecimento ou impedimento de qualquer dos sócios, a sociedade continuará suas atividades, observando-se:

I – no caso de morte, impedimento ou extinção a qualquer título de sócio, os herdeiros e/ou sucessores terão a opção de serem admitidos ou não na sociedade, no limite de seus direitos e vantagens líquidos ao tempo de morte ou extinção ou, querendo, receber tais créditos apurados em balanço especial levantando no período em que ocorrer o evento;

II – aos herdeiros e/ou sucessores será assegurado o direito de, não se dispondo à espera da realização de balanço especial a que seguir o evento, optarem pela liquidação de seus créditos líquidos com base no último balanço de exercício realizado, podendo ser pago em moeda corrente nacional, moveis ou imóveis, desde que não comprometa as condições financeiras e econômicas da sociedade à época e se assim o consentirem a sociedade e demais sócios.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXCLUSÃO DOS SÓCIOS**

Os sócios que representam mais da metade do capital social poderão decidir pela exclusão do sócio que praticar atos de inegável gravidade, que coloquem em risco a continuidade da empresa, ou ainda, que incorrer nos atos abaixo relacionados, além de quaisquer outros previstos em lei ou no presente instrumento:

- a) Difamar, injuriar, caluniar, assim como aquele que proceder de forma danosa ao bom nome da Sociedade elou de seus sócios;
- b) Agir como dolo, má-fé ou buscar beneficiar a si próprio ou terceiro, em prejuízo da sociedade;
- c) Deixar de contribuir, sem justa causa, para a persecução dos objetos sociais;
- d) For definitivamente condenado em ações judiciais que lhe forem movidas pela Sociedade, em razão do inadimplemento das obrigações que haja contraído perante a mesma;
- e) Após a competente notificação da Sociedade, voltar a infringir a Lei e/ou as disposições contidas no presente instrumento e/ ou resoluções e deliberações da Sociedade;
- f) Pela dissolução total ou parcial, extinção ou liquidação da respectiva pessoa jurídica, caso seja sócia pessoa jurídica;
- g) Pela insolvência ou falência do sócio; e
- h) Quando houver quebra do affectio societatis deliberado por sócios representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

**Parágrafo único.** Em caso de exclusão, ficarão retidos pela Sociedade os haveres do sócio excluído até a apuração e posterior liquidação das obrigações e débitos pendentes e, da conduta do sócio excluído, seu representante legal ou mandatário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DECLARAÇÃO**

Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, a concussão, o peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (art. 1.011, §1º, CC/2002).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:**

A sociedade será regida pelo contrato social, pelas previsões legais contidas no Capítulo IV, Livro II, da Lei 10.406/2002, e, nas suas omissões, serão aplicadas, supletivamente, as normas da sociedade anônima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os sócios e administradores não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela sociedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Goiânia, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por justo e contratado, assinam o presente instrumento.

Goiânia-GO, 09 de abril de 2020.

**SUPRO PARTICIPAÇÕES LTDA**  
**Sócia representada por Luciano da Veiga Rodarte**

**DANILLO GONÇALVES DA SILVA**  
**Sócio Administrador**

**LUCIANO DA VEIGA RODARTE**  
**Administrador não-sócio**



## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa R3 SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
16660153187	
73600636120	